

## REDEFININDO IDENTIDADES: UM ESTUDO DE CASO

*Jussara N. Moreira Bérens\**

**Resumo:** O ensaio busca desvelar a imagem historicamente elaborada e cristalizada em torno do feminino como sendo um ser passivo, dependente e frágil, em contraposição ao masculino forte, corajoso e independente, Identidades totalizantes e indelévels. Assim, discute-se acerca das Identidades como gestadas e transformadas no seio das Representações Sociais, por isso, passíveis de mudanças. Esta concepção é legitimada à luz de reflexões teóricas e factuais, tendo por estudo de caso singularidades de mulheres chefes de família da comunidade rural do Estreito, Campina Grande - Pb, Brasil, vistas pelos demais da comunidade como mulheres que "trabalham feito homem", imagem que vem demonstrar a fissura das identificações construídas e universalizadas em torno de uma essência feminina.

**Palavras-chave:** Representações Sociais, Identidade, Relações de Gênero.

"...[...] lutas amargas de grupos que vêem um no outro rivais não apenas no poder político e econômico, mas no direito de definir a verdade, a justiça, a beleza e a moralidade, a própria natureza da realidade(...).

[...É o ] que eu chamei em outro lugar de luta pelo real, a tentativa de impor ao mundo uma concepção particular de como as coisas são em sua essência e, portanto, como os homens devem agir..."

(Geertz, 1978: 211)

### REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, GESTANDO IDENTIDADES: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

A reflexão acerca de Identidade leva-nos a abordar sobre as Representações Sociais e esta discussão convida-nos a procurar um passado não muito distante das reflexões que tomaram o fôlego de cientistas sociais, sobre a dicotomia ou correlação do binômio indivíduo\sociedade. Nesta trajetória, não podemos esquecer da contribuição da psicologia no que diz respeito à noção de Representações Sociais e do debate sobre uma possível "psicologização da sociologia ou de uma sociologização da psicologia", sendo este arremate uma leitura particular nossa. Após a discussão teórica, adentraremos na análise de um estudo de caso de histórias de mulheres, que nos possibilitam uma melhor compreensão das matizes discursivas acerca das imagens do feminino redesenhadas em uma comunidade rural de Campina Grande- Pb.

Atualmente, compreendemos que as Representações Sociais são evidenciadas através do discurso, assim como consideramos que elas são construídas pela apreensão do que é pensado e do que é dito no grupo social em que o sujeito encontra-se inserido. Mas, como fora inicialmente conceituada e por quem? Foi Durkheim quem refletiu, primeiramente, nas Ciências Sociais sobre Representações Coletivas, como um conceito, uma forma acabada de pensar, sentir e agir, por ser uma maneira de o social criar inteligibilidade entre as pessoas. As Representações Coletivas de Durkheim abriram caminhos para que outros refletissem sobre Representações Sociais. Assim, ultrapassando alguns limites do positivismo, mesmo baseada nas investidas das Representações Coletivas, a psicologia social de Moscovici amplia os horizontes da psicologia, tratando das Representações sociologicamente e descentralizando o olhar estritamente individualizante, até então definidora da psicanálise.

---

\* Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, Brasil.

MOSCOVICI (1994) define Representação Social como um empreendimento interdisciplinar, analisando as Representações como produto individual (perspectiva psicológica e social) (perspectiva sociológica). Daí esta categoria conceptual colocada pela psicologia social como ruptura da dicotomia instaurada pela ciência entre o sujeito puro e o objeto puro. Diferente da ambivalência indivíduo e sociedade, para Moscovici, a Representação Social direciona seu olhar sobre a relação entre estes aspectos que até então foram bem separados.

Foi na modernidade, após a II Guerra Mundial, nos Estados Unidos, que a psicologia social se desenvolveu como subdisciplina tanto da psicologia, como da sociologia. Isto deu-se através de Moscovici que construiu uma forma sociológica de Psicologia Social. Pautando-se nas Representações Coletivas de Durkheim, Moscovici atualiza o conceito por referir-se à análise da sociedade moderna, industrial, científica constituída pela pluralidade e rápida mudança social.

Moscovici objetivava saber qual a representação que a sociedade em que vivia fazia da psicanálise. Para isto, por meio de questionários, de pesquisas de opinião, ainda preso a métodos de pesquisas tradicionais, buscou conhecer as atitudes e pontos de vista dos sujeitos sociais sobre a psicanálise; pesquisou também em jornais e revistas, publicados na França entre primeiro de janeiro de 1952 e primeiro de março de 1953, por acreditar que *"As Representações estão presentes tanto no mundo como na mente"*. Desta forma, Moscovici valoriza a relação indivíduo-sociedade, rompendo com ditames individualistas da psicologia, até então proeminentes. A Representação Social inaugurada por Moscovici se singulariza, na arena discursiva da psicologia, por aproximar-se das Ciências Sociais, trazendo para as discussões da psicologia a vida social dos indivíduos, ultrapassando a perspectiva que concebia as Representações *"(...) como mero reflexo do mundo externo na mente, ou como uma marca da mente que se reproduz no mundo externo na mente."* (MOSCOVICI, 1994)

Desta forma, o conceito de Representação Social foi construído pela psicologia social tendo por mestre Serge Moscovici que a percebe como sendo construída através de um processo de seleção e esquematização, podendo dizer que compõe um ponto de vista, uma redução da realidade da qual é, por outro lado, a apreensão possível (PENNA, 1992). Mas, vejamos como tudo começou nas Ciências Sociais e como foi tratada por Durkheim.

O conceito Representação Social nasceu nas Ciências Sociais, através de Durkheim e Lévi-Bruhl, como instrumento analítico para os estudos sobre religião, magia e pensamento mítico. Isto deu-se no momento histórico em que se lançava mão ao debate acerca da relação indivíduo-sociedade, fator central na evidênciação do limite do individualismo teórico da psicologia. Durkheim interessou-se por trabalhar a noção de Representações Coletivas que têm a ver com categorias de pensamento elaboradas e utilizadas por parte de determinadas sociedades como expressão da realidade. Essas categorias aparecem relacionadas aos fatos sociais, transformando-se nestes, podendo ser interpretadas e/ou observadas por cientistas.

Assim, as Representações têm duas características dos fatos sociais, por serem exteriores às consciências individuais e por exercerem ação coercitiva sobre os indivíduos. Na leitura de CUSTODIA (1984) as Representações Coletivas, para Durkheim, possuem características particulares em relação aos outros fatos sociais, pois são a manifestação da vida psíquica do sujeito coletivo que é a sociedade e, assim, campo privilegiado de observação da forma como a sociologia empírica executa o movimento que desloca o ponto de partida do conhecimento do homem, do indivíduo para a sociedade.

Neste momento, através do olhar positivista, a sociologia define as Representações como categorias de pensamento que, por intermédio destas, a sociedade elabora e expressa sua realidade. Surgem ligadas aos fatos sociais, podendo vir a transformarem-se, sendo observadas, interpretadas. Durkheim revela que as Representações Coletivas são fenômenos reais, nascidas da sociedade, porém, dotadas de especificidade e relativa autonomia. Neste sentido, as Representações Coletivas reproduzem-se e misturam-se entre si.

De certa forma, Durkheim procura trazer à tona as manifestações do homem dos últimos redutos do irracionalismo, relacionando e submergindo a razão à experiência sensível, discernindo, com isto, fenômenos coletivos, "sui generis, coercitivos", portanto, sociológicos, dos fenômenos individuais, por isso, psicológicos. Neste mapeamento e delimitação de objeto e método da sociologia, que ganha status de ciência, Durkheim discute os paradoxos e a relação entre indivíduo e sociedade, consciência individual e consciência coletiva, para consolidação da sua teoria sociológica. Com Durkheim, o todo social passa a ser o ponto de partida, sendo o homem individual uma abstração.

Ainda de acordo com Durkheim, o sentir são efeitos, ou resultados da coletividade, sendo a sensação o veículo necessário para reviver a existência do coletivo. O autor mostra que a sensibilidade constrói algo a mais que o individual e que a sociedade se reproduz e se representa no pensamento. Desta forma, essas Representações são categorias de pensamento que fazem com que a sociedade esteja presente no indivíduo. Essas categorias são criadas coletivamente pelo homem e apreendidas pelo indivíduo, sendo ao mesmo tempo a densidade deste mesmo indivíduo.

No entendimento de Durkheim, as Representações apresentam-se como fenômenos reais, dotados de propriedades específicas, comportam-se com especificidade e mesmo nascendo da realidade social, podem vir a ser independentes desta, misturando-se a outras Representações e transformando-se. Assim, Durkheim mostra a vida e a dinamicidade das Representações Sociais, não as colocando como fenômenos amorfos, mesmo tendo elas, por substrato, a estrutura social. Por exemplo, algumas Representações, mais do que outras, exercem sobre as pessoas coerção. Com isto, Representação Coletiva é entendida como um conjunto de fenômenos e campos de estudo que permitem conhecer as relações informais, o cotidiano da vida humana em um nível social ou coletivo, como categorias de pensamento que designam, ou melhor expressam, a realidade, explicando-a e justificando-a.

É por meio dos fenômenos quais sejam: a moral, a crença e o direito, que os sentimentos da sociedade são alcançados e conhecidos pela ciência, especificamente a sociológica, inaugurada por Durkheim. Seu primeiro diálogo com a psicologia nasce em 1858. Neste embate, Durkheim evidencia o social e não a individualidade como objeto da sociologia, distinguindo assim as Representações individuais que são de natureza psíquica, das Representações Coletivas que têm por substrato a sociedade, constituída não pela soma, mas pela combinação dos indivíduos. Em sua acepção, as Representações Coletivas existem e só podem ser apreendidas no todo social. Com isto, a Escola Sociológica Francesa elege as Representações Coletivas como objeto de análise, reconhecendo-as da seguinte forma: "As representações, que são a trama dessa vida, originam-se das relações que se estabelecem entre os indivíduos assim combinados ou entre o indivíduo e a sociedade total." (DURKHEIM, 1970: 33).

Ao dialogar com a psicologia e com a filosofia, Durkheim discute sobre classificação e conceituação das coisas, percebidas como elaborações coletivas, categorias de pensamento que fazem com que a sociedade esteja presente no indivíduo. Para Durkheim, a classificação é muito mais do que selecionar coisas, é a apreensão das relações entre as coisas. Ela jamais poderá ser compreendida como sendo individual. Assim, nem Durkheim nem tão pouco Moscovici podem ser esquecidos pelas reflexões sobre Representações Sociais.

Desde então, a categoria Representações Sociais vêm sendo enfocada por diferentes abordagens, por diversas pesquisas. Uma contribuição mais recente acerca da questão é a de Pierre Bourdieu que, ao tratar dos símbolos como instrumentos de integração social, como meio de comunicação e de conhecimento originários de uma estrutura já existente, adentra nas nuances das Representações Sociais. Assim, os sistemas simbólicos são pensados como instrumentos de conhecimento e de comunicação, podendo exercer um poder estruturante, ou seja, uma prática criada pelos indivíduos que interfere na estrutura, montada pelas normas sociais estabelecidas, normatizadas. Assim, o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica, ou melhor, que possibilita sentido imediato ao mundo (e, em particular, ao mundo social).

O campo de produção simbólica é um microcosmo da luta simbólica entre as classes. Segundo BOURDIEU (1989), os sistemas simbólicos distinguem-se fundamentalmente conforme sejam produzidos e, ao mesmo tempo, quando apropriados pelo conjunto do grupo, ou pelo contrário, produzidos por um corpo de especialistas e, mais precisamente, por um campo de produção e de circulação relativamente autônomo.

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem de sentido imediato do mundo social: A palavra é o símbolo de comunicação por excelência porque ela representa o pensamento, a fala, por isso mesmo, revela condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos e tem a magia de transmitir, através de um porta-voz, as Representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas (BOURDIEU, 1994). Desta forma, o autor mostra a importância da palavra por ser a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios. É interessante percebermos que o poder simbólico, tratado por BOURDIEU (1994), é definido em relações sociais específicas, mediadas pelo poder entre os que o exerce e os que lhes são sujeitos, devendo, pois, ser reconhecido e reproduzido através da

crença, e objetivado. Para BOURDIEU (1994), a história do indivíduo nunca é mais do que uma certa especificidade da história coletiva de seu grupo ou de sua classe, conforme retratado na seguinte citação:

“(...) não concebemos o pensamento como situado em uma instância específica e compartimentada da vida social, ou como mero reflexo da produção material: as idéias entrelaçam-na por toda parte, não apenas interpretando, mas também organizando todas as práticas sociais. Desse modo, o pensamento e as representações têm uma ação estruturante, ao mesmo tempo em que são estruturados socialmente, uma vez que os esquemas de pensamento têm sua origem na sociedade, sendo constituídos no curso da história coletiva.”

(BOURDIEU, apud, MINAYO, 1992:59)

Assim, BOURDIEU (1994) trabalha com conceito de habitus como elemento para a mediação entre a sociedade e o indivíduo - agente social que se evidencia enquanto grupo ou classe, sendo o conhecimento e o comportamento destes indivíduos reconhecidos como habitus. Em outras palavras é a ação organizada de um grupo social, podendo vir alterar a estrutura, as leis, os códigos, as Representações. O habitus nasce de uma estrutura, uma prática que diferencia singularidades de determinados grupos.

A significação que os grupos sociais, os sujeitos em curso dão ao mundo, reflete nos símbolos, na cultura, nos códigos de comunicação, entrelaçando “as idéias por toda parte, não apenas interpretando, como também organizando todas as práticas sociais”. Percebemos que a Identidade é gerada, formada e transformada no interior das Representações Sociais. Eis o caso da idéia de um ser mulher casto, frágil, dotada de características puramente femininas em contraposição ao homem, forte, provedor, e senhor, adjetivos masculinos, uma dicotomia que delimita os espaços, os lugares, e conseqüentemente as Identidades que historicamente foram criadas por um sistema de Representações Sociais e cristalizadas como verdade únicas.

#### “TRABALHANDO FEITO HOMEM”: HISTÓRIAS DE MULHERES/ MULHERES DE HISTÓRIAS:

Com Iluminismo o sujeito é visto como indivíduo centrado, unificado, dotado de capacidade de razão, de consciência e de ação, centrado num núcleo interior, essencial interpretado como sendo Identidade, segundo HALL (2000:12-3), eis o início da soberania do indivíduo, demarcadamente instaurada entre o Renascimento do século XVI e o Iluminismo do século XVIII. Para a sociologia o sujeito não era autônomo, independente, mas era constituído através da relação com os outros, mediada pelos valores, sentidos e símbolos. Assim, o sujeito é percebido através do diálogo que este mantém com os mundos culturais, uma espécie de costura entre eu e outros, construindo assim a noção de Identidade fixa e estável.

De acordo com (RUBENS, apud DONATO, 1995) o conceito de Identidade surge no século XVIII como projeto de unificação dos Estados Nacionais, objetivando a homogeneização das nações, sendo na modernidade que aparecem os conceitos de raça, cultura, etnia e identidade. O conceito de Identidade vem sendo desde então utilizado para apreender as particularidades, tornando-as uniformes, homogêneas.

Assim, compreendemos que inicialmente o conceito de Representação fora discutido pelo positivismo, reverenciando a predominância do coletivo sobre os indivíduos e que foi da psicologia social que as Representações Sociais foram postas em evidência, compreendendo-as como construções simbólicas, construções mentais, como instrumentos de apreensão da realidade. Hoje, depois de termos a oportunidade de conhecermos perspectivas outras, ou de termos um olhar mais relativista, que vislumbra a correlação do social com o individual, podemos perceber as limitações das primeiras abordagens acerca da questão. Percebemos que Identidade é elaborada e compartilhada por grupos sociais, construtores destas imagens, vivenciadas através da linguagem detectadas no discurso, no símbolos, no rito, no mito.

Sem desejar buscar centralizar o olhar para um enfoque individualizante, nem para um meramente coletivo, ou até mesmo procurando o sentido lato do conceito, é nosso objetivo perceber o significado que as Representações Sociais expressam, entendendo que estes significados são representados por imagens. Assim, interessamo-nos por desvelar as imagens compartilhadas por um grupo específico de mulheres, moradoras do Sítio Estreito, localizado na área sudoeste de Campina Grande- Paraíba- Brasil, com clima semi-árido. O povoado é demarcado por pequenas propriedades, onde são desenvolvidas atividades agrícolas para subsistência, havendo algumas fazendas onde se

destaca a policultura, plantação de feijão, fava, milho, objetivando a comercialização. É praxe dos donos destas propriedades alugarem força de trabalho de famílias inteiras (homens, mulheres e filhos) moradores da comunidade, nos períodos propícios à plantação e a colheita. São trabalhos temporários, acordos verbais, sem nenhuma garantia trabalhista, mas que bastante procurados por representar uma das poucas possibilidades (talvez a única) de garantir a subsistência da família.

Nos últimos dez anos vem ocorrendo um fenômeno nesta comunidade comum no meio rural brasileiro que é o da migração para os centros urbanos, aqui, na maioria dos casos é o homem chefe de família, que vai embora esperançoso de mandar buscar sua família ou de voltar com algum recurso. Entretanto, não mais retorna, deixando para trás esposa e filhos a mercê da sorte. Diante da realidade de estar sozinha com seus filhos, a mulher assume a posição de mantenedora da casa, estando agora, a frente dos acertos de trabalho, até então realizados pelo marido - chefe de família, por isto, uma prática tida como masculina.

Assim, redesenha-se uma realidade de grupos de mulheres que assumiram "papéis femininos e masculinos", distinção socialmente e culturalmente realizada por nossa sociedade de olhar patriarcal e repassada como verdade absoluta. Estas mulheres de certa forma, possibilitam uma abordagem acerca destes significados historicamente produzidos e perpetuados através de um saber ocidental, instaurado nas dicotomias. Entendemos que as imagens que as mulheres fazem de si e que os outros fazem delas têm significados fortíssimos que são utilizados para identificar as pessoas, sendo designados como Identidade, como já nos referimos, um entendimento moderno sobre o sujeito.

Na procura de encontrarmos estas vivências, percebemos no Sítio Estreito realidades de grupos de mulheres que compartilham uma história singular que em alguns momentos contradizem as representações socialmente construídas e reproduzidas pelas pessoas acerca de um ser mulher que fora universalizado e até validado como verdade. Um ser "frágil", "passivo" e "dependente", Identidade socialmente construída, transmitida pela linguagem e reproduzida pelos discursos que podem ser percebidos em letras de música, ditados populares, no dia-a-dia de algumas relações sociais em mesas de bar, na escola, no trabalho.

Essa Identidade feminina fora construída no processo de gerenciamento de valores específicos a uma dada realidade cultural, elaborados historicamente e cristalizados como verdade absoluta. Eis um legado do raciocínio lógico cartesiano erigido nas combinações binárias entre esferas opostas, por isto, antagônicas, como o caso do feminino dotado de fragilidade e outros adjetivos similares, tendo como oposição o masculino, caracterizado pela força, virilidade dentre outras atribuições, relacionadas ao homem. Assim, a sociedade ocidental naturalizou estas identificações, ou seja, o sexo como um termômetro para a hierarquização entre homens e mulheres. Esta separação entre pares de opostos é tida como conatural, legitimada pela concepção de uma essência feminina.

Desde a tenra infância, meninos e meninas vivem e compartilham valores culturais que mapeiam a masculinidade e a feminilidade, desde a forma de sentimento "próprio a cada sexo", até o espaço a ser ocupado dentro e fora de casa. Esta diferenciação vem sendo possível devido à visão patriarcalista, intrinsecamente ligada à formação social e cultural da sociedade.

O termo patriarcado<sup>1</sup> vem desde as primeiras reflexões acerca da condição feminina, sendo utilizado para a compreensão da situação de discriminação da mulher. Associado ao capitalismo, o patriarcado é pensado por parte de alguns teóricos como um corpo de dominação social, cultural, político, ideológico e econômico, explicativo da diferenciação dada ao feminino e ao masculino, pelo capitalismo, sendo o uso deste termo, diferenciado em distintos enfoques. Assim, a particularidade das relações homem mulher na família, no trabalho, dentro e fora de casa é vista e significada à luz de um olhar masculino da sociedade, refletida nas falas que denotam visões de mundo de uma dada especificidade. Mesmo que as práticas de homens de mulheres transcendam aos modelos naturalizados em torno do feminino e do masculino, as falas refletem as Identidades fixas e homogêneas instauradas e mantidas pela mentalidade patriarcalista.

<sup>1</sup> Designação referente ao regime social em que o pai exerce autoridade preponderante. Desde a antiguidade Clássica, o chefe de família ou patriarca duma autoridade absoluta, resumia toda a instituição social do tempo.

Contudo, entendemos que as Representações acerca do feminino vistas como opostas inferiores ao masculino, muitas vezes, não condizem com as práticas plurais de mulheres da realidade observada. Percebemos também que as pessoas reagem, constroem Representações a respeito do mundo, a partir das relações sociais vividas singularmente, podendo reelaborar as informações que foram transmitidas pelos pais, pela escola, compartilhando tais visões com outros grupos, podendo reconstruí-las, diluindo assim, a perspectiva de uma Identidade fixa, indelével.

Eis o nosso desafio, procurar saber disto, como é a vida das mulheres chefes de família, da realidade recortada para pesquisa e sua relação com a Identidade socialmente construída sobre o feminino por parte de mulheres e homens destas comunidades.

A realidade das referidas localidades evidencia a multiplicidade de mulheres que transcendem a um modelo que define mulher como um ser universal e único. Ao contrário desta definição, partimos da compreensão de gênero como categoria analítica que percebe o ser mulher e o ser homem como construções histórico-culturais, que devem ser percebidos nas relações sociais cotidianas. Segundo Joan Scott, a categoria gênero implica dois níveis: o gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças perceptíveis entre os sexos, e o gênero como forma básica de representar relações de poder. Assim, conseguiremos perceber a pluralidade de homens e de mulheres dentro de sua especificidade. Escolhemos esta perspectiva científica, menos rígida, mais fluida e relativista para entendermos o que nos propomos, como são esses sujeitos sociais que podem ser percebidos a partir da sua própria realidade, das relações sociais e como se dá a compatibilidade ou não da sua realidade com Identidades socialmente cristalizadas em torno do feminino.

Mas, diferente do estereótipo que fora historicamente transmitido e muitas vezes reproduzido como certo, as mulheres provedoras de suas famílias corajosamente enfrentam a realidade de estarem sozinhas com seus filhos. Não ficam à espera simplesmente do dinheiro do marido que, na maioria das vezes, não chega. Mas procuram escapar da fome, buscando várias formas de trabalho para garantir a sobrevivência da família, dentre estas a de mandar as filhas mais velhas para trabalhar na cidade como domésticas, cujo salário termina por ser uma fonte alternativa de renda familiar, outra a mais comum é trabalharem no alugado. Assim, estas mulheres ultrapassam esse desenho identitário, modelado que ainda é evidenciado nas falas, nos gestos, nos tratamentos de homens e de mulheres.

Em meio a esta diversidade, há nestas comunidades rurais mulheres "chefes de família" que são vistas pelos outros como homens, por fazerem o trabalho "pesado", ou seja, na agricultura coisa que sempre fizeram, mas era diferente porque estavam acompanhando seus maridos, além de assumirem sozinhas a responsabilidade da manutenção dos filhos. Como exemplo, Dona Antônia, moradora do Sítio Estreito, mulher e trabalhadora rural, ao se referir às mulheres que permaneceram com a família, enquanto os maridos foram tentar a vida nos centros urbanos, registrou a seguinte imagem que ela tem sobre as mulheres chefes de família, um olhar particular, convergente ao de outros destas comunidades. Conforme retratado por (D. Antônia) *"Ali, daquele lado tem muita mulher que trabalha feito homem"*.

Eis a imagem compartilhada pelo atores sociais desta realidade, em torno da mulher trabalhadora rural "chefe de família" que trabalha na roça, fazendo todas as tarefas que, comumente, são divididas entre homens e mulheres. A definição, pelos outros, de que "trabalham feito homem" está relacionada ao poder do homem como a autoridade da família que tem a ver com seu lugar na roça, já que partem do pressuposto de que o roçado seja uma atividade masculina, mesmo sabendo que as mulheres sempre participaram do trabalho agrícola. Aqui, evidencia-se o significado dado ao trabalho masculino nestas específicas localidades, a Identidade que se construiu em torno do trabalho agrícola masculino. Numa perspectiva marxista, isto seria produto de uma ideologia machista, de classe, "designando o conjunto das idéias especulativas e ilusórias (socialmente determinadas) que os homens formam sobre a realidade, através da moral, da religião (LOWY,1994).

Diante da necessidade de manter a casa, a mulher "chefe de família" vai resolver tal situação fazendo o "trabalho alugado", coisa que ela sempre fez, só que agora sem o marido ao lado. Assim, esta mulher que está "sozinha", é vista como homem pelas outras mulheres. Percebemos que tal definição está relacionada com os valores culturais destas comunidades onde o trabalho do homem é sempre mais valorizado em relação ao trabalho da mulher, cabendo a mulher a posição de "ajuda".

De certa forma, a mulher que mantém a sua família com o que ganha na agricultura, ou em outras atividades que são tidas como de homem, por exemplo o trabalho nas frentes de emergências, deixa de ser vista como "ajudante", havendo mudança no seu significado para a cultura local, agora, as mulheres "trabalham feito homem". Ao referirem-se desta forma estão explicitando que a mulher assumiu um lugar que não é dela, mas do homem, por ter sido atribuído a ele o papel de provedor e de trabalhador, restando à mulher, que agora se encontra como provedora, a designação de "trabalhar feito homem". Esta mulher está ocupando um lugar que fora especificado como do homem. Eis um exemplo, de Representação construída, reproduzida reelaborada pelos agentes sociais, tendo por caso específico as mulheres e homens do Estreito.

A situação assumida pelas mulheres do Estreito corresponde a uma outra forma familiar que rompe com valores tradicionais, contradizendo a lógica que define atividades tais como lavar, passar, cozinhar, varrer o quintal, cuidar da criação, buscar lenha e carregar água, entre outras, como exclusivamente femininas e pelo fato dessas mulheres exercerem o papel de pai e mãe, dividindo, com os filhos maiores, as tarefas da casa, enquanto trabalham roçado, desencadeia-se uma reelaboração da organização familiar como um todo.

No exemplo analisado, identificamos dois tipos de imagens de mulher. Uma, é a existência de mulheres que são vistas como homens, por trabalharem sozinhas para sustentar a casa; outra, é a das mulheres que trabalham na agricultura, ao lado do marido, além de trabalharem em casa e em outras atividades, para somar no orçamento familiar.

Historicamente, foi constituída uma espécie de divisão sexual do trabalho que delimita os espaços. Às mulheres são destinadas às tarefas domésticas, sendo delas os papéis de mãe, esposa e educadora dos filhos. Para os homens, fica a tarefa de manter a família através do trabalho produtivo.

A relação homem-mulher é formada pela ambivalência emoção e razão, fragilidade e força. Masculino e Feminino são conceitos definidos a partir de papéis socialmente construídos, por meio de qualidades diferentes dirigidas ao homem e a mulher. Na acepção de teóricas feministas marxistas que transplantaram a teorização da luta de classes de Marx para os estudos de gênero, isto fora propagado pela ideologia da classe dominante, agora sendo percebida como sendo os homens.

Entendemos que essa compreensão perpassa pela idéia de que o trabalho no campo para a mulher seja a extensão da casa, sendo visto como "ajuda". A sociedade naturalizou esta distribuição de papéis, baseando seu discurso na idéia de que a mulher seja "frágil", "dependente", "emocional", em contraposição ao homem, "forte", "determinado" e "racional". Esta divisão sexual do trabalho pode ser observada na fala de Dona Antônia, que vive com o marido, e afirmou que: "Só faço plantar, o marido é quem limpa, que toma conta, eu trabalho pouco, só ajudo"<sup>2</sup>.

O trabalho da mulher no roçado é tido como "ajuda" ao trabalho masculino. A oposição casa/roçado delimita a área do trabalho e do não trabalho, assinalando os lugares feminino e masculino relativos a essa divisão. As atividades da casa não são consideradas como trabalho, nem as tarefas do roçado o são, quando feitas pela mulher, junto ao marido. São tidas apenas como "complementares". Desta forma, percebemos a distinção entre "ajuda" e "trabalho", entre mulher e homem, numa dicotomia permeada por uma relação de poder que não é unilateral.

Mensurar o valor do trabalho e o seu significado para a sociedade ainda hoje, vem sendo associado à discussão da categoria trabalho produtivo e não produtivo sistematizado e aprofundado por Marx. Mas falar de trabalho feminino nos remete a repensar os significados instaurados sobre a categoria, por parte da ciência, pelos dados oficiais dos censos, assim como pelos próprios sujeitos sociais em curso, observando o significado dado ao trabalho feminino e masculino, tendo por especificidade as singularidades do Estreito.

O trabalho dito feminino realizado no âmbito doméstico (lavar, passar, cozinhar, cuidar dos filhos, do roçadinho, da criação, etc) tem sido associado à atividade de reprodução que difere de produção. É corrente a designação de determinadas atividades como sendo femininas, isto tem a ver com a posição estabelecida pelo modelo tradicional de divisão sexual do trabalho que fora criado socialmente, destacando tarefas ditas de mulheres e as de homens,

<sup>2</sup> Depoimento da moradora sitiante Dona Antônia.

difundidas e perpetuadas como naturais. Assim, as atividades de dentro de casa e outras que foram associadas como sendo femininas passaram a ser vistas como não-produtivas, sendo pouco valorizadas em relação às atividades ditas masculinas.

LOBO (1991) trata a divisão do trabalho como construção social e histórica, em que a separação e a relação de produção social são também sexuadas e assimétricas, marcada por hierarquias. Esta divisão produz e reproduz a assimetria entre práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz subordinação de gênero e dominação. Estas identificações podem ser percebidas nos discursos, entendidas como articulação de poder e de saber numa pluralidade de elementos distintos que podem entrar em estratégias diferentes

Na observação realizada com mulheres do Estreito, percebemos uma diferenciação na valoração do trabalho feito por elas mesmas. As mulheres que vivem e trabalham com os maridos referem-se às suas atividades no roçado como sendo "ajuda" ao trabalho do homem, já que, segundo D. Gracinda, ela não faz todo tipo de serviço, apenas os mais simples e/ou mais leves, que comumente são vistos como sendo de mulher. É interessante encontrarmos nos próprios discursos dos informantes o reforço ao modelo tradicional de divisão sexual do trabalho que define o trabalho dito feminino como não produtivo. Conforme Bourdieu:

"(...) não concebemos o pensamento como situado em uma instância específica e compartimentada da vida social, ou como mero reflexo da produção material: as idéias entrelaçam-na por toda parte, não apenas interpretando, mas também organizando todas as práticas sociais. Desse modo, percebemos que a Identidade tem uma ação estruturante, ao mesmo tempo em que são estruturados socialmente, uma vez que os esquemas de pensamento têm sua origem na sociedade, sendo constituídos no curso da história coletiva (BOURDIEU, apud MINAYO, 1992:59).

Assim, entendemos que a Identidade das mulheres será reelaborada pelas experiências e pelas relações estabelecidas no cotidiano do trabalho na roça, onde longe de casa, dos afazeres domésticos, tidos socialmente como femininos, elas começam a incorporar uma outra maneira de percepção de si. Mas, isto não implica necessariamente em que sejam identificadas como masculinas, por estarem sozinhas, sem os maridos trabalhando no pesado, trabalho que por sinal sempre realizaram, não devemos correr o mesmo risco das associações feitas historicamente entre trabalho no espaço público e em certas atividades como sendo masculinas. Segundo NOLASCO (1995: 57-8) a simbiose trabalho fora de casa, trabalho pesado e homem ocorre como fonte de construção da subjetividade masculina que por meio desta atividade os homens assumem uma prática quase uniforme que cartograficamente demarca a patente da masculinidade possibilitada por algumas práticas sociais, como o caso do trabalho. Eis um legado do patriarcado que é refletido no mundo produtivo masculino, espaço onde os homens buscam a identificação entre si, do que há de comum entre eles e não do que é particular de cada um.

A identificação feita pelos outros da comunidade em relação às viúvas da seca como mulheres que "trabalham feito homem" se dá por estarem como únicas responsáveis pela produção, por estarem assumindo o espaço historicamente relacionado ao homem, o mundo do trabalho pesado, o da roça, realidade vivida sempre por estas mulheres, mas que agora, estão sem os maridos e exercem uma atividade reconhecida socialmente como masculina. No Estreito, percebemos haver uma demarcação de fronteiras, entre grupos distintos de mulheres, as chefes de família e as das mulheres que apenas ajudam aos maridos. As mulheres que "trabalham feito homem" passam a olhar umas para as outras, que compartilham a mesma realidade, buscando as classificações, ou comparações, uma forma de encontrar o padrão definido para o seu comportamento que é distinto do de outros grupos de mulheres, as que trabalham no eito, ao lado dos maridos e que são identificadas como ajudantes.

O cotidiano do trabalho no eito, as relações de trabalho estabelecidas desde o acordo com o contratante que representa um acerto entre o homem e uma mulher, que na ausência do marido/companheiro é a mão-de-obra existente no lugar. Antes de ser a mulher, a figura que detém a força de trabalho requerida no ato do acordo é ela também a outra parte que possibilita o acerto do serviço alugado. Então, nesta relação primeira já há redimensão do lugar da mulher, que agora, passa a ser também a maior autoridade da família, representando-a com a sua palavra junto ao contratante do serviço, que por sua vez, faz uma prática diferente, ao tratar com uma chefe de família, mulher e não homem como é de praxe.

A problemática apontada na relação entre mulher contratada e homem contratante se dá na medida em que o trabalho pesado é o produto do acordo e quem o assume é a mulher que historicamente foi considerada pela sociedade de olhar masculino, como sexo frágil e dependente. No contexto das relações de trabalho no Estreito, entre mulheres chefes de família e homem pagador pelo serviço alugado, este estereótipo se desmancha pois eles



tratam do serviço com mulheres que são diferentes, mulheres com responsabilidade, papel e status de homens. A aceitação pelo patrão do acordo feito com as mulheres que trabalham no pesado se dá pela garantia da força e responsabilidade demonstrada por estas mulheres, legitimada pela produtividade. Eis um dado interessante na negociação deste reconhecimento pelos outros da sua competência, que a vêem como mulheres diferentes dos modelos normalmente compartilhados.

O indicador da Identidade se dá primeiro pela auto-atribuição, ou seja, como as mulheres chefes de família se percebem, definindo-se diferentemente em relação às outras mulheres que têm marido assumindo o papel de provedor. Eis uma auto-identificação que configura situações diferenciadas tanto em forma de classificação, como de Identidade. Outro indicador da Identidade é justamente o reconhecimento pelos outros ou a alter-atribuição (PENNA, 1992:74), no caso do tratamento que o contratante do serviço alugado dá características específicas, representadas pela disposição ao trabalho pesado, pela coragem e pela força de enfrentar o trabalho pesado, atributos masculinos.

A alter-atribuição de Identidade é possível devido à apreensão pelos outros das ações, hábitos de cada mulher, ou de cada grupo, pois para este tipo de reconhecimento é de fundamental importância as práticas sociais e culturais destas mulheres (PENNA, 1992:75). Então, o que vem ser um indicativo para que haja alter-atribuição de mulheres que trabalham feito homem? Quem sabe a realidade de estarem ocupando um espaço e uma posição que culturalmente foi associada ao homem e que por isto, já denota um ser com objetivos específicos de masculinidade. É interessante ressaltarmos as conseqüências deste tipo de identificação pelos outros, pois na medida em que a alter-atribuição diferenciou as mulheres chefes de família em relação às mulheres que vivem com os maridos e que por isto, seu trabalho é tido como ajuda. Por outro lado, a alter-atribuição uniformiza as mulheres que trabalham feito homem, perdendo de vista, as singularidades, possivelmente existentes.

Ao considerarmos que as práticas cotidianas dos sujeitos sociais refletem diferentes manifestações, costumes, comportamentos individuais e/ou grupais, as Identidades socialmente elaboradas que foram historicamente universalizadas e cristalizadas não acompanham as vicissitudes dos acontecimentos das relações sociais em curso. Eis o caso das mulheres do Estreito que redefinem a imagem de mulheres dependentes, frágeis e passivas que nos fizeram acreditar como totalidades

As mulheres que "trabalham feito homem," são singularidades que demonstram as fissuras dos modelos identitários demarcadores de universos masculinos e femininos. Estas mulheres redefinem Identidades, numa trama de negociação, formando e transformando, no seio das Representações Sociais, Identidades múltiplas e diferenciadas de mulheres.

#### BIBLIOGRAFIA

- BERGER, P. & LUCKMAN, T. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- BOUDON, R. *A Ideologia ou A Origem das idéias Recebidas*. São Paulo, Ática, 1989.
- 3) BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa, DIFEL, 1989.
- 4) CALDEIRA, T. P. do Rio. *Uma Incursão Pelo Lado "Não-Respeitável" da Pesquisa de Campo*. Rio de Janeiro, 1980. (mimeo.)
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1 artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A Invenção do Cotidiano: 2 morar, cozinhar*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- DARTON, R. *O Grande Massacre dos Gatos*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- DONATO, Eronides Câmara. *Identidade, Identidades: um estudo sobre os trabalhadores do Serrotão - Campina Grande*. Dissertação para Obtenção do Título de Mestre em Sociologia Rural. UFPB, Campina Grande, 1995.
- DUMONT, L. *O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro, Rocco, 1985.
- DURHAN, Eunice R. *Cultura e Ideologia*. In: Dados- Revista de Ciências Sociais- Rio de Janeiro. Vol. 27, nº 1, 1984, (pp. 71-89).
- DURKHEIM, E. *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro, Forense, 1970.
- EVANS- PRITCHARD, E. E. *Bruxarias, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

- FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas*. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1978.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 4ªed. Rio de Janeiro, 2000.
- LOBO, Elizabeth Souza. *A Classe Operária tem Dois Sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense,1991.
- LOWY, M. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1994.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Lisboa e São Paulo, Presença/Martins, Fontes, 1980.
- MAUSS, M. "Algumas Formas Primitivas de Classificação Contribuição para o estudo das Representações Coletivas". In: Ensaaios de Sociologia. São Paulo. Perspectiva. 1981.
- NOLASCO, Sócrates. *O Mito da Masculinidade*. Rio de Janeiro, Rocco, 1995.
- PENNA, Maura. *O Que Faz Ser Nordestino: identidades sociais, interesses e o "escândalo" Erundina*. São Paulo, Cortez, 1992.
- SAHLINS, M. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- SENA, S. C. "Durkheim e o Estudo das Representações Coletivas". In: Anuário Antropológico 82. Fortaleza/Rio de Janeiro, UFC/Tempo Brasileiro, 1984.